

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Magalhães Barata, 10/11/2016 - 10h – 12h45

Local: Prefeitura Municipal de Magalhães Barata

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Juliana Rondon	Larissa Lago	RESEX AUREMAC
	Victoria Fontes	Secretaria de Assistência Social
		Bacia Hidrográfica de Marapanim
		SEMAD
		DECULT
		Secretaria de Agricultura
		Secretário do Meio Ambiente

Às 10 horas Juliana Rondon, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Juliana Rondon, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

Foi perguntado pelo secretário de meio ambiente e desenvolvimento se a descoberta do petróleo pode ocorrer em apenas uma tentativa de perfuração de um poço. A representante da BP respondeu que é possível identificar a presença do petróleo com uma perfuração, mas não necessariamente identificar a viabilidade comercial do mesmo. Ela complementou que para a confirmação da viabilidade, estão previstas outras perfurações exploratórias. O secretário de meio ambiente e desenvolvimento ainda perguntou sobre a sísmica, se a mesma ocorre em todo o ambiente marinho ou é limitado em determinada área e foi esclarecido que a cobertura da sísmica ocorreu em área delimitada dentro do Bloco que está sendo licenciado e a empresa não pode ultrapassar esse limite estabelecido pela ANP, sendo passível de multa caso isso ocorra. Foi comentado pelo secretário de meio ambiente e desenvolvimento sobre a cidade de Macaé, questionando-se o número de desempregos e as causas, considerando que é



um município recebedor de royalties e por isso, deveria ser uma área bem desenvolvida. A representante da BP respondeu que, de fato, a administração do município se tornou dependente dessa arrecadação ao longo de décadas, e agora com a redução da produção de petróleo na região, o município sofre os impactos referentes à queda na arrecadação dos royalties.

Foi perguntado pela secretária de assistência social se as cidades da Área de Influência ganharão royalties e a representante da BP explicou que apenas na etapa de produção há recebimento de royalties, não previsto na etapa de perfuração exploratória.

A representante da AECOM, Larissa Lago, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

Foi comentado pelo secretário de meio ambiente e desenvolvimento que devido o bloco estar mais próximo ao estado do Amapá e longe do Pará, não teria nenhum impacto para o estado. A representante da BP e da AECOM comentaram sobre a Área de Influência e os critérios de inclusão e a representante da AECOM complementou falando sobre o impacto de geração de expectativa gerada com a chegada de empreendimentos na região, como a perfuração e destacou que esse tipo de reunião é fundamental para que a população saiba que neste momento a BP não tem previsão de contratação de pessoal no município e nem desenvolvimento para a região norte. Além disso, discutiu o impacto sobre a pesca artesanal com sobreposição com a rota das embarcações de apoio.

O representante da RESEX AUREMAC completou que o município e os políticos deveriam investir em desenvolvimento local e social. Ainda completou que esta discussão durante a reunião setorial é para precaver qualquer acidente e evitar que a informação chegue de forma equivocada para o município. A representante da AECOM completou dizendo que esta reunião é de fato informativa e que os participantes devem repassar para a população. Ainda foi comentado pelo participante que em outras cidades é possível ver sondas de perfuração, mas neste caso não será possível ver o navio sonda da BP na costa do Amapá devido ele estar muito distante do município e da própria costa do Oiapoque. A representante da BP completou que este fato é um avanço na legislação devido atualmente não ser mais permitido o licenciamento de atividades próximas à costa brasileira. O participante novamente comentou que não identifica nenhum impacto negativo relacionado a essa perfuração.

Foi solicitado pelo secretário de meio ambiente e desenvolvimento que comentasse mais sobre o fator mamífero aquático. A representante da AECOM explicou com maiores detalhes sobre o tema. Foi perguntado sobre os resíduos, se há estudo sobre o que será feito com esse



resíduo e como resposta foi apresentado o mapa a Área de Influência os municípios cujas empresas receberiam os resíduos e que os mesmos seriam tratados e destinados de maneira adequada.

O secretário de meio ambiente e desenvolvimento ainda comentou que imaginou que o cascalho jogado no mar chegaria até à costa do Pará e que era tóxico, mas que com a explicação ele tinha compreendido. Perguntou ainda se esse cascalho não poderia ser reaproveitado. A representante da AECOM comentou que nesse momento a BP optou pelo descarte desses cascalhos no mar devido à facilidade na logística. Mas citou que há estudos, como um apresentado no XVI CILA – Congresso Ibero-latino-americano do Asfalto (Cavalcante et al, 2011) que utiliza esses resíduos em revestimento primário de estradas. O participante comentou também que esse material seria descartado em Ananindeua, como ele havia ouvido pela outra empresa que fez a Audiência Pública (no caso, a Total).

A representante da BP comentou que a reunião setorial é uma exigência do IBAMA e que esta atividade de perfuração será de curta duração e que, neste momento, para o município, estão previstos impactos relacionados à sobreposição da rota das embarcações de apoio com áreas de pesca artesanal do município.

A representante da AECOM esclareceu sobre os riscos associados à atividade de perfuração exploratória, as medidas preventivas e de atendimento à emergência. Neste momento foi passado o vídeo de modelagens de óleo em caso de acidente e a representante da BP esclareceu cada etapa.

Após a apresentação abriu-se espaço para dúvidas e esclarecimentos:

Foi perguntado pelo secretário de meio ambiente e desenvolvimento sobre os municípios que entrariam na área de influencia e os mesmos foram mostrados novamente.

Foi perguntado pelo representante da RESEX AUREMAC para a Victoria Fontes, representante da AECOM e engenheira de pesca, qual foi o critério de definição considerado no estudo de impacto ambiental para a pesca costeira e ela informou que é a pesca realizada até a plataforma continental e o pescador de Magalhães Barata é incluído neste tipo de pesca.

Foi perguntado pelo representante da RESEX AUREMAC sobre qual a diferença entre barco industrial e barco artesanal e foi respondido que isso se dá de acordo com a capacidade, autonomia e potencial do barco e enfatizou que a principal preocupação é voltada ao setor de pesca artesanal devido o mesmo ser dependente diretamente da pesca, assim, impactos que eventualmente a empresa cause a essa categoria será reportado ao IBAMA e suas medidas mitigadoras devidamente acionadas.

Foi comentado pelo representante da RESEX AUREMAC que durante a Audiência Pública da Total, os participantes não tiveram oportunidade de falarem e houve falta de compreensão do motivo de os mesmos terem sido convidados, visto que tudo correu sem participação deles e as análises terem mostrado que eles não seriam afetados. Eles afirmaram que não

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



compreenderam muitas coisas do que foi falado durante a Audiência Pública e que durante essa reunião setorial foi esclarecido

O representante da RESEX AUREMAC solicitou que o local de Audiência Pública permaneça no Hotel Princesa Louçã, pois eles gostaram muito do ambiente.

Não havendo mais questionamentos ou colocações, a representante da BP encerrou a reunião às 12 h e 45 min.